



MARIA DE LOURDES PINTASILGO

ENSAIO

Refundar a Europa



Transpor para o plano da Comunidade a gestão do curto prazo é minimizar a escala da sua aventura

Refundar a Europa foi, em 1996, o ideal que me entusiasmou na elaboração do relatório *Para uma Europa dos Direitos Cívicos e Sociais*. O «Comité des Sages» a que presidira tinha chegado ao fim dos seus trabalhos.

Escrevi, então, no prefácio do relatório: «Para o Comité, o desafio actual não consiste apenas em alterar esta ou aquela disposição dos tratados. Trata-se, sim, de lhe conferir um outro impulso, uma outra dimensão. Trata-se de uma verdadeira refundação da Europa.

A resposta a este desafio é a exigência do momento presente e a garantia de um novo despertar dos europeus para a sua presença, enquanto cidadãos da União.

Entretanto, o tratado de Amesterdão ficou tão longe do que dele esperava a sociedade civil nos Estados-membros da União que uma nova etapa para a Europa parecia remota. Pensá-lo era esquecer o dinamismo que os membros do «Comité des Sages» tinham encontrado nas centenas de organizações não governamentais da maior parte dos Estados Unidos.

Fortes de uma tradição democrática que as liberta de tutelas públicas, institucionais ou personalizadas as organizações da sociedade civil têm vindo a manifestar a urgência dessa refundação. Assim se retomam algumas das propostas que os Estados da União não mostram ter visão para fazer suas, perdendo assim a oportunidade da última revisão do Tratado.

Nestes meses em que se preparam as eleições europeias, tudo o que fique aquém da refundação europeia vem eivado de uma lógica errada.

Transpor para o plano europeu a gestão do curto prazo é minimizar a escala da aventura europeia. Vale a pena, por isso, relembrar as propostas portadoras de um tal projecto.

Em primeiro lugar, a elaboração de uma carta fundamental de direitos e deveres dos cidadãos europeus e dos Estados da União, precisando os que beneficiam de uma protecção jurisdiccional imediata e os que requerem uma consulta aprofundada de todos os cidadãos e

das suas associações. Nesta elaboração devem conjugarse: como condição, conseguir uma lei eleitoral que harmonize as leis nacionais para as eleições europeias; e como objectivos, reforçar o papel legislativo e de controlo democrático do Parlamento Europeu; transformar a Comissão numa instituição com legitimidade democrática, sendo o seu presidente escolhido pelo Parlamento e (segundo uma sugestão inovadora de Jacques Delors) de entre os candidatos apresentados pelos partidos europeus; transformar o Conselho num verdadeiro Conselho Europeu em que se passe da mera defesa dos interesses nacionais ao cumprimento da Carta fundamental da União.

Em segundo lugar, atribuir aos direitos cívicos e sociais um papel decisivo na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos europeus. Para tal, duas condições serão necessárias: conferir o estatuto de parceiros sociais às organizações que representam os cidadãos directamente vinculados a cada tipo de problema social onde se concretizam os vários direitos; reunir as exigências de investigação e análise social capazes de assegurarem a formulação de políticas alternativas que ultrapassem a mera gestão e permitam a cada sociedade o exercício de uma imaginação criadora, condição de um novo tipo de soberania.

Em terceiro lugar, tornar viável a formação da sociedade civil, apoiando a actividade das organizações, favorecendo a sua interacção a nível europeu e dando às representações da Comissão nos territórios nacionais um papel preferencial no apoio e na transnacionalidade das organizações da sociedade civil.

Nenhum destes objectivos é plenamente realizável se não for delineada por todos os actores europeus e através da sua adequada articulação a definição teórica e operacional do papel da União Europeia junto de todos os países, sem excepção, do continente europeu. Tal definição é a condição para a credibilidade dos modelos de governabilidade que a Europa for capaz de construir, cumprindo, assim, o seu papel no mundo mais humano que queremos construir.

Durante meses participei em sessões de trabalho realizadas na quase totalidade dos Estados da União Europeia. Em todos encontrei a mesma vontade de «refundar a Europa»